

>> **FICHA TÉCNICA**

**A VULNERABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR À CORRUPÇÃO**

WORKING PAPERS Nº 24 / 2013

OBEGEF – Observatório de Economia e Gestão de Fraude

Autores: Zélia Ramos<sup>1</sup> e M. Teresa Santos<sup>2</sup>

Editor: Edições Húmus

1ª Edição: Fevereiro de 2013

ISBN: 978-989-8549-70-9

Localização web: <http://www.gestaodefraude.eu>

Preço: gratuito na edição electrónica, acesso por download.

Solicitação ao leitor: Transmita-nos a sua opinião sobre este trabalho.

Documento apresentado à Conferência Percepção Interdisciplinar da Fraude e da Corrupção

©: É permitida a cópia de partes deste documento, sem qualquer modificação, para utilização individual. A reprodução de partes do seu conteúdo é permitida exclusivamente em documentos científicos, com indicação expressa da fonte.

Não é permitida qualquer utilização comercial. Não é permitida a sua disponibilização através de rede electrónica ou qualquer forma de partilha electrónica.

Em caso de dúvida ou pedido de autorização, contactar directamente o OBEGEF ([obegef@fep.up.pt](mailto:obegef@fep.up.pt)).

©: Permission to copy parts of this document, without modification, for individual use. The reproduction of parts of the text only is permitted in scientific papers, with bibliographic information of the source.

No commercial use is allowed. Not allowed put it in any network or in any form of electronic sharing.

In case of doubt or request authorization, contact directly the OBEGEF ([obegef@fep.up.pt](mailto:obegef@fep.up.pt)).

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Filosofia pela Universidade de Évora e Professora da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicada de Petrolina – FACAPE – Fone: 87-3866-3200- [Zelia.ramos@hotmail.com](mailto:Zelia.ramos@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Filosofia da Universidade de Évora-Portugal – UE – Fone: 351-266-768050 - [msantos@uevora.pt](mailto:msantos@uevora.pt)

## >> 1. INTRODUÇÃO

A corrupção não escapa ao problema da discordância conceitual, bem como à contradição na leitura dos índices de percepção, nível de ocorrência e grau de extensão, variando de país e de instituições públicas ou privadas. Caracterizada pela ilicitude e penetrabilidade em rede, a corrupção, como refere Johnston (2005, p. 10), "é o abuso de funções ou recursos públicos para benefício privado". Esta conceção indica que nas instâncias de poder e decisão existe abuso na função e falta de responsabilidade com os recursos, a fim de atender a interesses egoístas, prática que afecta o bem social, ou seja, que põe os interesses pessoais acima dos interesses coletivos. Na mesma linha interpretativa Begovic, focando os interesses familiares na área política, associa a corrupção ao nepotismo: "Corrupção é o descumprimento intencional do princípio de igualdade de condições com vista à produção de alguma vantagem para alguém ou parentes próximos a partir deste comportamento" (2005, p. 2, *apud* Vito Tanzi, 1995). O nepotismo é assumido como uma das formas de corrupção que se apresenta com alto índice de ocorrência, retratando um cenário de privilégio enclausurado. Begovic identifica, atendendo à definição de Vito Tanzi, três elementos básicos: o primeiro diz respeito ao incumprimento do princípio da igualdade; o segundo elemento sublinha a intencionalidade vinculada ao próprio incumprimento; o terceiro destaca a vantagem para o indivíduo que viola o princípio da igualdade de condições. Logo a corrupção não decorre do mero incumprimento, mas do calculismo intencional do incumprimento com vista ao benefício pessoal, ou familiar, excludente. É a partir deste conjunto de pressuposições básicas que se estudará a vulnerabilidade das instituições de Ensino Superior à corrupção. Entende-se que estas instituições, agentes responsáveis pela transmissão e produção do saber, bem como pela socialização dos cidadãos, devam ter uma vitalidade ética capaz de promover uma cultura de rejeição a todo tipo de corrupção.

O fenómeno da corruptibilidade nas instituições de Ensino Superior foi identificado por Le Goff (1984) ao estudar as universidades medievais, exemplificando-o com a origem da expressão "dar luvas a". Num outro contexto e na atualidade, Sandel (2009, p. 191) contribui para a análise do fenómeno ao colocar a questão do 'telos' do ensino universitário, considerando que "vender a educação como se fosse meramente um bem de consumo é uma espécie de corrupção". Adverte quer para o equívoco entre o processo de obtenção de sucesso académico (estudo) e o meio de comercialização desse sucesso, quer para a dificuldade em precisar o 'telos' do ensino. Deve a sua finalidade